Ladário, um distrito em ritmo de Carnaval (1870-1953)

Ladário, a district in the rhythm of Carnival (1870-1953)

Divino Marcos de Sena[1]
https://orcid.org/0000-0002-3023-1120
http://lattes.cnpq.br/5544676004918722

Recebido em: 07 de abril de 2026.
Revisão final: 11 de junho de 2026.
Aprovado em: 28 de agosto 2026.

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.25678

1 Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Câmpus do Pantanal. E-mail: divinosena@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo analisa o Carnaval de Ladário entre 1870 e 1953, período em que a localidade era distrito de Corumbá. Por meio de uma pesquisa histórica qualitativa baseada na imprensa da época, o estudo investiga como as manifestações carnavalescas se estruturaram diante do controle do Estado e das elites na fronteira oeste. Os resultados revelam que diferentes setores sociais protagonizaram a folia, ressignificando o espaço urbano com diversas entidades e formatos festivos. Conclui-se que o Carnaval ladarense deixou um legado fundamental para a consolidação da identidade cultural na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Palavras-chave: folia, cultura, Ladário.

Abstract: This article analyzes the Carnival of Ladário between 1870 and 1953, a period when the locality was a district of Corumbá. Through qualitative historical research based on the press of the time, the study investigates how carnival manifestations were structured in the face of State and elite control on the western border. The results reveal that different social sectors played a leading role in the festivities, redefining the urban space with diverse entities and festive formats. It concludes that the Carnival of Ladário left a fundamental legacy for the consolidation of cultural identity on the border between Brazil and Bolivia.

Keywords: revelry, culture, Ladário.

Situado na região oeste de Mato Grosso do Sul, às margens do Rio Paraguai, o município de Ladário, cuja população supera os 21.500 habitantes conforme o Censo do IBGE de 2022, constitui um enclave geográfico no território de Corumbá. Com acesso principal pela BR-262, a localidade dista aproximadamente 420 km da capital, Campo Grande, e cerca de 10 km da fronteira com a Bolívia. Emancipado à condição de município em 1953, Ladário ostenta uma trajetória atrelada à ancestralidade indígena e às incursões portuguesas no centro da América do Sul durante o século XVIII. Sua história é também moldada pela era da navegação a vapor, pelo afluxo migratório nacional e estrangeiro, pela instalação da Marinha do Brasil e de empreendimentos dos setores naval, ferroviário (incluindo a atuação da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana – Comista) e de mineração.

Ainda que outrora figurasse como um distrito e freguesia sob a égide administrativa de Corumbá, hoje ambas as cidades compõem uma conurbação internacional, caracterizada pela integração física de suas malhas urbanas, que se estende às cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suárez. É evidente que as duas municipalidades brasileiras compartilham realidades simbióticas, unidas por laços identitários que confundem as fronteiras entre ladarenses e corumbaenses. Essa interconexão manifesta-se em variadas expressões culturais e religiosas, como o Siriri, o Cururu e o patrimônio nacional Banho de São João, culminando, de forma emblemática, nas festividades carnavalescas.

As celebrações momescas na região remontam, ao menos, ao último quartel do século XIX, período em que Ladário ainda era um distrito corumbaense. Ao longo do século XX, o Carnaval local atravessou metamorfoses significativas, com a atuação de diferentes pessoas e setores da sociedade na promoção e organização, mas, por vezes, condicionado às oscilações das políticas municipais que ora fomentavam, ora negligenciavam as agremiações e a iniciativa da população. Tais fatores foram determinantes para a reconfiguração do modo como o reinado de Momo consolidou-se no imaginário ladarense.

Essa plasticidade histórica da festa revela que a identidade cultural local não se limitava às amarras administrativas do distrito. Pelo contrário, alimentava-se de fluxos geográficos muito mais amplos. No entanto, a compreensão do fenômeno carnavalesco em Ladário exige que se desloque o olhar da mera geografia política para a dinâmica da fronteira cultural. Situada na fronteira oeste do Brasil com a Bolívia, interconectada pela navegação fluvial platina e, mais tarde, pela ferrovia que ligava a região ao Sudeste do país, a localidade configurava-se

não como um limite territorial rígido, mas como uma autêntica zona de contato. Para Homi Bhabha (1998), tais espaços liminares propiciam a emergência de um "Terceiro Espaço", um entrelugar onde as polaridades culturais são tensionadas e renegociadas, impedindo a homogeneização. O Carnaval fronteiriço, portanto, forjou-se no amálgama e na hibridização cultural (Canclini, 2019) de diferentes contingentes (moradores locais, migrantes nacionais e de outros países). Esse trânsito contínuo de pessoas e práticas gerou expressões festivas, nas quais as fronteiras geopolíticas eram temporariamente borradas pelo ritmo da folia.

Para compreender como essa inter-relação se materializou na escala local, o presente artigo propõe-se a apresentar um panorama sobre a historicidade do Carnaval de Ladário durante o período em que a localidade ostentava o estatuto de distrito corumbaense. Desse modo, busca-se analisar como as manifestações carnavalescas se estruturaram diante do controle do Estado e das elites na fronteira oeste. O recorte temporal compreende o desfecho da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870) e a consequente reabertura da navegação fluvial, que impulsionou a revitalização demográfica e econômica da região, estendendo-se até 1953. Este ano marca a emancipação político-administrativa do município por meio da Lei Estadual nº 679, de 11 de dezembro. Embora disputas políticas e questionamentos sobre a validade da autonomia de Ladário tenham persistido em 1954, culminando na instalação efetiva da municipalidade e na posse do primeiro prefeito apenas em 19552, o marco de 1953 foi adotado como o início do processo para o que novo município passasse a gerir seu próprio destino institucional e cultural.

A fim de mapear essa trajetória ao longo das décadas, o estudo fundamenta-se em uma metodologia histórica qualitativa baseada no exame analítico da imprensa local, elegendo os jornais publicados na região durante o período como seu conjunto documental principal. Mobiliza-se aqui a perspectiva de análise intensiva de fontes preconizada por Carlo Ginzburg (2007) através do paradigma indiciário. Essa abordagem permite esquadrinhar as fontes elegidas não como um reflexo passivo da realidade, mas como um campo de disputas textuais, buscando nos indícios miúdos, nas margens dos relatos jornalísticos e nos detalhes negligenciados pelas narrativas oficiais as evidências da circularidade cultural e do protagonismo dos foliões da fronteira.

2 Para uma análise sobre o processo de emancipação de Ladário, conferir Santos (2017).

"Não há dúvida, Ladário é um lugar decadente, mas progride em assuntos carnavalescos"

Carnaval, tempo de folia, de festa, de brincadeiras, quando padrões sociais são rompidos por alguns instantes enquanto os foliões são governados pela figura mítica do Rei Momo. O mesmo acontecia em Ladário nos seus momentos de reestruturação após a ocupação paraguaia na região. Os moradores antigos e novos não tardaram para se apropriar da área e de inserir comemorações presentes em outras partes do Brasil e da Bacia Platina, com quem Ladário e Corumbá estavam conectadas via navegação fluvial. A presença dos bailes com e sem máscaras demarcam as primeiras formas de brincar a folia momesca no distrito/freguesia de Ladário.

Sob o prisma jurídico-territorial, o distrito constituía uma subdivisão administrativa vinculada ao município, concebida para descentralizar a gestão, a aplicação da justiça e a organização eleitoral em áreas geograficamente distantes da sede. Em uma dimensão simultaneamente religiosa e administrativa, a freguesia representava a menor unidade eclesiástica e civil; sua função era consolidar núcleos de povoamento em torno da paróquia local, estabelecendo um ordenamento territorial ancorado na presença da Igreja.

Nesta configuração, Ladário, na condição de distrito, sediava uma subdelegacia de polícia3 dedicada primordialmente à manutenção da ordem, à segurança pública e à repressão de delitos de baixa complexidade (Brazil, 1832). O subdelegado local encontrava-se subordinado ao delegado de Corumbá e, por conseguinte, à Chefia de Polícia da Província de Mato Grosso. Para a execução capilarizada da vigilância, contava com o auxílio dos inspetores de quarteirão, figuras de autoridade que serviam de elo entre a vizinhança e o Estado. Este encargo de "vigia cívico" implicava a responsabilidade direta pela guarda e pela disciplina social de áreas específicas da localidade.

A presença dessas instâncias de poder não apenas ratificava o status de distrito de Ladário, mas também desempenhava um papel crucial na normatização do Carnaval. A atuação policial visava assegurar que os folguedos não extrapolassem os limites do "aceitável", resguardando os valores morais e legais das camadas dirigentes e das elites locais.

3 A subdelegacia de Ladário foi criada em 1876, "ditada pela necessidade de ordem e segurança pública, base de toda a divisão territorial em relação aos interesses da polícia" (Relatório do chefe de polícia José da Costa Leite Falcão, 18/4/1877).

Assim, à medida que se aproximava a recepção simbólica ao Rei Momo, o delegado de polícia publicava editais de caráter compulsório. Tais documentos estipulavam que os habitantes de Corumbá e Ladário que desejassem trajar-se com máscaras durante os três dias de Carnaval deveriam comparecer pessoalmente à repartição policial. O objetivo era realizar um registro cadastral e fornecer cartões numerados, instrumentos que permitiam às autoridades identificar individualmente cada folião oculto pelo disfarce. Aqueles que fomentassem desordens ou agissem com desrespeito perante "às pessoas decentes e autoridades constituídas" ficariam sujeitos à detenção imediata e ao recolhimento prisional (Edital Delegacia de Polícia, 13/2/1884. O Iniciador, n. 5, 21/2/1884, p. 3).

Sair às ruas ou frequentar bailes particulares ocultando o rosto era visto pelas autoridades como uma brecha para o cometimento de ilícitos sob o anonimato. Para os moradores locais, contudo, as máscaras funcionavam como um escudo de invisibilidade que liberava comportamentos variados, transitando desde brincadeiras irreverentes até hostilidades diretas, como perseguições e difamações públicas, dinâmica selada pelo provocativo desafio "Você me conhece?".

Para além do divertimento individual, essa prática carregava uma conotação social e de classe. Enquanto os estratos mais ricos buscavam celebrar o Carnaval de forma segregada em salões privados, a população de menor poder aquisitivo ocupava o espaço urbano com indumentárias improvisadas, garantindo sua participação na festa à revelia das barreiras financeiras. Longe de constituir uma diversão alienada, esse fenômeno evoca o que Mikhail Bakhtin (2010) conceitua como carnavalização, operando uma suspensão temporária das hierarquias vigentes. Ao mimetizarem os eventos elitistas nas vias públicas através da sátira, as parcelas mais pobres da população ladarense promoviam uma circularidade cultural, convertendo o ato de se esconder em uma ferramenta de ocupação urbana, de contestação social e de expressão da identidade coletiva.

O controle policial sobre o Carnaval não impedia que os bailes particulares da "boa sociedade" vivenciassem problemas comumente atribuídos às comemorações das classes trabalhadoras. Exemplo disso foi o Carnaval de 1881 em Ladário, marcado por um conflito de autoridade que desafiou a suposta elite da época.

O episódio iniciou-se quando Joaquim dos Reis Gomes organizou uma "sociedade carnavalesca" em sua residência, cobrando dez mil réis dos convidados para custear a banda "Páo-Apique". O evento atraiu a elite local, mas a diversão foi interrompida por Francisco Caibro, o inspetor de quarteirão, que exigiu o fim da festa e a retirada das máscaras dos foliões para cumprir o edital de polícia vigente. A ordem gerou um choque com o subdelegado Gabriel, que também estava no baile e decidiu desautorizar e suspender Caibro do cargo imediatamente. Em resposta, Caibro insultou o subdelegado, prometeu protestar formalmente e ainda atacou verbalmente outro inspetor, o Sr. Neves, que tentava acalmar os ânimos.

Diante do desfecho, o autor do texto, sob o pseudônimo "O Pifano", ironizou que se pessoas agressivas e sem compostura faziam parte da elite de Ladário e Corumbá, a própria alta sociedade estava em decadência, sugerindo que até os frequentadores "Gamba-Lambèo" poderiam ser considerados damas e cavalheiros (O Corumbaense, n. 68, 16/3/1881). Esse cenário revela como as sociedades destinadas a promover bailes particulares buscavam distinção social e seletividade poucos anos após a Guerra. No entanto, a pretendida "civilidade" era posta em xeque por brigas dentro dos próprios salões elitistas, desfazendo o estigma de que a desordem pertencia apenas às camadas mais pobres.

A conduta das instâncias encarregadas do policiamento, por sua vez, expõe como o exercício da autoridade poderia converter-se em palco para abusos de poder. As restrições ao uso de disfarces intensificaram-se nas décadas seguintes, tanto que, já no alvorecer do século XX, a Subdelegacia de Polícia de Ladário expedia editais que condicionavam o ato de mascarar-se à obtenção de um consentimento prévio e ao uso obrigatório de cartões numerados em local visível. A censura policial estendia-se à estética das fantasias, proibindo quaisquer indumentárias que ofendessem a "moral pública" ou atentassem contra o prestígio das autoridades constituídas. Além disso, a realização de bailes públicos dependia de licença prévia, sendo terminantemente proibido o ingresso de indivíduos armados. Como sede da Marinha, Ladário possuía ainda uma regulamentação específica de caráter disciplinar, visto que as "praças pret" (militares de baixa patente) só eram autorizadas a participar dos festejos mediante atestados de boa conduta subscritos por seus superiores (Edital da Subdelegacia de Polícia de Ladário. Correio do Estado, n. 170, 19/2/1911).

Tais medidas funcionavam como instrumentos de segregação para limitar a presença e o comportamento de homens pobres, que ocupavam a base da hierarquia militar, grupo este composto majoritariamente por pretos, mestiços e descendentes de indígenas, nascidos no município ou provenientes de diversas regiões do país. Frequentemente rotulados como perturbadores da ordem, especialmente sob o efeito do álcool, esses trabalhadores encontravam no Carnaval um espaço de celebração em locais públicos ou festas de ingresso acessível. Ironicamente, embora o consumo de bebidas alcoólicas fosse demonizado pelo discurso oficial das elites, tais bebidas eram o combustível da folia e um dos itens mais anunciados pelo comércio local durante os festejos, onde parte das elites tinha investimento.

Entretanto, é imperativo analisar com cautela o protagonismo de militares da Marinha para evitar superestimações históricas. O Carnaval de Corumbá e seu distrito, Ladário, forjou-se na heterogeneidade, envolvendo civis e militares, nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, operários, comerciantes e outros grupos profissionais. A narrativa, evocada em períodos posteriores, que atribui aos militares a autoria exclusiva ou a articulação primordial da folia fronteiriça, carece de amparo documental. Trata-se de um mito de origem que negligencia a diversidade de atores sociais envolvidos. As evidências demonstram que a festividade momesca foi um fenômeno plural, não se limitando à égide da corporação naval.

Portanto, a ideia dos militares da Marinha como "responsáveis pelo surgimento do Carnaval regional" não resiste à análise da riqueza histórica e cultural das manifestações que pulsavam tanto na sede quanto no distrito. Essa pluralidade empírica dialoga diretamente com a análise de Canclini (2019) sobre as culturas híbridas, em que os fenômenos identitários não derivam de fontes puras, isoladas ou de vetores institucionais únicos. Ao refutar um "mito de origem" unilinear, a documentação revela que a folia fronteiriça se estruturou justamente por meio de processos de hibridização e reconversão cultural, nos quais diferentes estratos sociais cruzavam suas próprias práticas em uma arena festiva comum.

Uma das evidências dessas intersecções culturais materializou-se nas dinâmicas festivas da área urbana. Desde o ocaso do século XIX, o Carnaval ladarense já ocupava ruas e recintos privados. As práticas dos mascarados consolidaram-se como as expressões mais democráticas do período, garantindo

que, apesar dos mecanismos de controle e exclusão, a essência da festa permanecesse acessível à vasta maioria da população.

Em contrapartida às comemorações públicas, também surgiam em Ladário e Corumbá as chamadas sociedades carnavalescas. Diferente da festividade pública, essas associações eram mais organizadas: tinham regras próprias (estatutos) e eram formadas por grupos de sócios, com uma estrutura administrativa rigorosa, com cargos de presidentes, tesoureiros e cobrança de mensalidades. O objetivo principal dessas sociedades era promover bailes particulares, voltados apenas para os membros, suas famílias e convidados escolhidos. Além das festas fechadas, elas também preparavam os préstitos organizados com carros e fantasias para percorrer as ruas de Ladário e Corumbá. Era uma forma de mostrar luxo e organização tanto dentro dos salões quanto para quem assistia de fora.

A partir das décadas de 1850 e 1860, essas sociedades ganharam força na Corte Imperial e nas principais capitais brasileiras (Colaço, 1988; Cunha, 2001; Lazzari, 2001). O movimento tinha um viés ideológico nítido de substituir comportamentos, com um esforço para extinguir práticas consideradas "atrasadas" ou "incivilizadas", como a presença de mascarados avulsos pelas vias públicas, e inserir uma estética europeia. O objetivo era mimetizar os desfiles venezianos, focados na elegância e no requinte, ocupando as ruas com um "espetáculo visual" que ofuscasse as manifestações das classes mais pobres.

Desse modo, as sociedades ou clubes carnavalescos da região fronteiriça constituíam-se como agremiações de caráter elitista, formadas por membros das camadas médias e altas ou de círculos sociais influentes. Seu objetivo principal era celebrar o reinado de Momo sob uma ótica de "modernidade"4, utilizando o luxo, fantasias sofisticadas e carros alegóricos para criar uma barreira simbólica entre a elite e as festividades de ampla participação da população. No entanto, durante os dias máximos da folia, essas associações ocupavam as vias públicas com desfiles ornamentados que iam além da mera busca por distinção estética, uma vez que suas exibições portavam críticas mordazes sobre temas latentes da conjuntura social e política da época.

4 Para uma análise sobre os impactos da chamada "modernidade" na região, conferir Souza (2008).

Dentre as sociedades organizadas em Ladário, sobressaía o Clube dos Escovados. No Carnaval de 1910, a agremiação percorreu as vias da freguesia onde se situava sua sede, estendendo seu cortejo até Corumbá. Segundo os registros e impressões da imprensa daquele período, a passagem do clube despertou uma "agradável surpresa" no público, sendo amplamente aclamada tanto pela elegância irrepreensível de suas indumentárias quanto pelo espírito chistoso e inteligente de suas sátiras. O grupo não apenas desfilou, mas ocupou as ruas com uma narrativa que misturava a inocência infantil (o tema de "bebês") com críticas à gestão pública da época.

A abertura do desfile foi marcada por uma banda de cornetas vestida de Pierrots, seguida por uma figura simbólica, o "Velho Carnavalesco". Montado em uma mula branca, ele carregava um estandarte pedindo a licença e a simpatia do povo para passar. O grupo também contava com uma banda de música oficial, cujos integrantes usavam casacos vermelhos e adereços dourados, animando o público com o dobrado "Corta-jacca".

A identidade visual do grupo era centrada na figura de um bebê. O estandarte principal mostrava uma criança segurando o bico de uma chaleira com o ditado: "Quem não chora não mama". Reforçando essa estética, os membros da diretoria e os foliões vestiam-se com camisolas de bebê e uniformes nas cores branco e encarnado (vermelho).

O grande diferencial do Grupo dos Escovados foram os seus carros de crítica, que utilizavam alegorias para apontar problemas sociais e políticos: a) Abandono Urbano: O primeiro carro exibia uma sátira aos supostos "melhoramentos" de Ladário. Através de um quadro pintado, ironizavam a "iluminação à luz negra", mostrando uma localidade com lampiões quebrados, mato alto, casas arruinadas e animais soltos pelas ruas; b) Sátira Política: O mesmo carro trazia uma crítica às eleições de março, representando um cemitério de onde emergiam esqueletos e figuras de políticos conhecidos (Ruy e Irineu) implorando por votos; c) Serviços Públicos e Corrupção: O segundo carro focava na má qualidade dos serviços de navegação (Lloyd) e em um esquema local chamado "O Terço". Este último era representado por uma mamadeira gigante e quebrada que ainda vazava leite, acompanhada da frase: "Leite ainda há e há quem mame", uma alusão direta ao uso indevido de dinheiro público.

O desfile terminou com um "Zé Pereira" (grupo de percussão barulhento e animado) formado por sócios vestidos de bebês. Após percorrer as ruas

de Corumbá, a sociedade carnavalesca se dirigiu ao Cinema Chic, que ficou completamente lotado. No cinema, a festa continuou com apresentações musicais e piadas dos integrantes, que mantiveram o público entretido e em gargalhadas durante toda a noite. O relato final destaca o sucesso absoluto da empreitada, elogiando a diretoria do grupo pelo esforço em organizar um evento que uniu o brilho estético à coragem da crítica social (Correio do Estado, n. 80, 12/2/1910).

Este desfile constitui um exemplo de como o Carnaval brasileiro, já naquele período, consolidava-se como uma sofisticada ferramenta de protesto e sátira. Por meio da troça bem-humorada, os foliões utilizavam o disfarce e a fantasia para interpelar governantes e vocalizar críticas sociais contundentes. Um dos pontos centrais do cortejo foi justamente a denúncia da precariedade na infraestrutura de Ladário, temática que, anos mais tarde, seria retomada pela imprensa corumbaense ao rememorar as festividades daquela temporada.

O título desta seção remete a uma crônica de "Pequenina" que, ao analisar o cenário local, afirmou: "Não há dúvida, Ladário é um lugar decadente, mas progride em assuntos carnavalescos" (A Cidade, n. 1.282, 5/3/1922). Tal observação evidencia um paradoxo, pois, embora o distrito enfrentasse dificuldades em sua dinâmica estrutural e administrativa, mantinha uma trajetória ascendente na organização de seus folguedos.

Essa dualidade revela a existência de uma comunidade de foliões vigilantes e engajados, cuja energia se traduziu na proliferação de cordões ao final da segunda década do século XX e na consolidação de sociedades carnavalescas logo no início daquela centúria. Assim, a despeito das carências estruturais, Ladário reafirmava sua relevância cultural por meio de uma folia momesca vibrante e politicamente atenta.

As sociedades e clubes carnavalescos contavam com a participação ativa das camadas médias e altas da sociedade local. Entre seus integrantes, figuravam comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais, muitos dos quais ostentavam patentes da Guarda Nacional, e oficiais militares, acompanhados de suas respectivas famílias. Em sua maioria, tais organizações caracterizavam-se pela efemeridade, pois, muitas vezes, restringiam suas exibições a uma única temporada ou a poucos carnavais, ausentando-se das celebrações subsequentes. Era frequente, no entanto, que os indivíduos vinculados a uma entidade extinta ressurgissem em anos posteriores integrando novas agremiações.

Naquele contexto, a estrutura dessas sociedades era predominantemente masculina, recaindo sobre os homens a responsabilidade pela composição das diretorias e pela gestão administrativa. Seus familiares, por outro lado, desempenhavam um papel fundamental na composição dos préstitos. Estes desfiles funcionavam como uma extensão das relações de sociabilidade privada, configurando-se como uma espécie de exibição pública das famílias envolvidas, cujos laços de parentesco e amizade eram reafirmados diante da comunidade durante o cortejo.

A organização dessas sociedades carnavalescas fechadas em Ladário e Corumbá, bem como o empenho da imprensa local em exaltá-las, revela uma tentativa de emulação dos padrões europeus e um alinhamento com o projeto nacional de modernização. Esse processo não se dava ao acaso, pois a busca das elites locais por uma "vitrine de civilidade" funcionava como um simulacro da alta sociedade urbana do litoral. Longe de ser um mero reflexo do progresso técnico ou do desenvolvimento material isolado, a experiência da modernidade em espaços periféricos e fronteiriços se estrutura de forma contraditória, violenta e excludente.

Como adverte Marshall Berman (1986), o redemoinho da modernidade é alimentado por uma dialética paradoxal, pois o mesmo ímpeto que gera o desejo de renovação, de beleza e de progresso socioeconômico carrega consigo uma pulsão destruidora que tende a pulverizar e reprimir as práticas e os laços comunitários preexistentes. Sob essa ótica, as promessas de um "tempo novo" e civilizado na fronteira oeste exigiam, como contrapartida necessária, o apagamento do passado e das formas espontâneas de sociabilidade. No contexto festivo da fronteira, essa modernidade pretendida pelas elites atuava como um mecanismo de distinção e higienização social, transvestindo a repressão policial em "necessidade de ordem". Desse modo, o discurso do progresso buscava empurrar para as margens da legalidade manifestações comuns a determinados segmentos da população que não correspondiam ao ideal burguês de ordenamento urbano e disciplinarização dos corpos.

Como essencialmente grupos de elites que pretendiam transformar o Carnaval, as sociedades carnavalescas acabavam por excluir a população mais pobre que participavam apenas como expectadora dos desfiles. Mas, não tardou para que essa parcela, antes excluída dessas formas de organização, se mobilizasse para também desfilar de forma organizada pelas ruas da freguesia

de Ladário e se apresentar na sede do município. Na década de 1920 era possível ver cordões e blocos carnavalescos formados por moradores de Ladário.

Os cordões já marcavam presença no carnaval da região no final da segunda década do século XX, e de forma mais frequente na década de 1920. Eram agremiações que uniam a espontaneidade da população a uma organização estruturada. Formados por pessoas ligadas por laços de proximidade, esses grupos transformaram reuniões informais em instituições com estatutos, diretorias e hierarquias internas.

A identidade desses grupos era uma mistura de influências locais e dos cordões e ranchos cariocas. Suas principais características incluíam, desfiles em filas organizadas, com coreografias coordenadas por mestres e seus apitos; uso de estandartes e fantasias diversificadas, destacando-se figuras como pastoras, reis, rainhas, tenores e balizas; e uma sonoridade com orquestras compostas por instrumentos de sopro e percussão, executando marchas ensaiadas.

Originalmente uma festa restrita às elites, os desfiles da região foram ocupados pelas camadas mais pobres. Trabalhadores e trabalhadoras não apenas desfilavam, mas geriam toda a logística, desde a confecção das roupas até a organização das apresentações. Ao ocuparem as ruas mais conhecidas e desfilarem lado a lado com as agremiações das elites, esses grupos impuseram sua presença e cultura, democratizando o espaço público apesar das resistências de outras parcelas da população.

Os cordões Heitor Romeu e Amantes da Lyra foram algumas das organizações que marcaram o carnaval de Ladário na década de 1920. Em 1922, por exemplo, com apenas três anos de existência, ambos os cordões já apresentavam uma rivalidade entre si, que extrapolava a simples competição carnavalesca para questões que a imprensa da época publicou como "regionalismo barato". Isso porque o Heitor Romeu era formado por "filhos da terra", enquanto o Amantes da Lyra era composto por marujos da Armada Nacional que se encontravam em Ladário a serviço do governo. No carnaval daquele ano, parece que integrantes de ambos os grupos tinha se insultado. Apesar dessa situação, ela não era a regra, já que essas mesmas entidades carnavalescas e outras demonstravam cordialidade entre si nas comemorações momescas. Além desses, outro grupo foi Pigmeus, organizado em cordão carnavalesco com participantes infantil, entoando "lindíssimos cantos" (Pequenina. A Cidade, n. 1.282, 5/3/1922).

No Carnaval de 1922, esses cordões percorreram as principais ruas de Ladário, impulsionados pela efervescência de seus integrantes fantasiados e pelo ritmo das bandas, que agitavam os espectadores posicionados ao longo do itinerário. Tais exibições não se circunscreviam aos limites do distrito; ao contrário, o deslocamento dessas agremiações rumo a Corumbá já se configurava como uma prática consolidada no município. Esse fluxo cultural, observado desde as primeiras sociedades carnavalescas do século XX, manifestou-se nos cordões organizados em solo ladarense.

Exemplo notável desse dinamismo ocorreu quando os grupos Heitor Romeu e Amantes da Lyra percorreram diversas vias corumbaenses, visitando as redações de três periódicos locais antes de seguirem para o Jardim da Independência. No local, os foliões foram recebidos com fidalguia pelo intendente do município Christião Carstens, que ofereceu uma recepção coletiva aos participantes. Após as celebrações, o Heitor Romeu regressou à sua sede, enquanto os Amantes da Lyra prolongaram sua permanência no Jardim, mantendo a festa até as 21 horas (A Cidade, n. 1.280, 2/3/1922).

No Carnaval de 1923, o cordão Amantes da Lyra demonstrou cuidadoso planejamento, com festividades que se estendiam do Domingo de Carnaval até o Enterro dos Ossos, como é conhecida na região a comemoração de despedida da folia de Momo. O desfile, composto por cerca de cem integrantes, exibia uma hierarquia visual complexa, na qual, na linha de frente, jovens vestidos como hussardos austríacos abriam caminho para a diretoria, que trajava vestes inspiradas na nobreza europeia (Henrique VIII e Luís XV). O simbolismo nacionalista aparecia nas "Rainhas da Lyra", que representavam a Pátria, acompanhadas por figuras diversas, como soldados de Yorkshire, cupidos, camponeses e representações de jogos (baralhos e dominó). A sonoridade era conduzida por músicos caracterizados como rajas indianos, sob a regência de um mestre de canto focado no ritmo ragtime. Essa configuração, baseada em personagens de chão e sem o uso de carros alegóricos, antecipava o modelo de desfile que se consolidaria nas décadas seguintes.

A estratégia do grupo dividia o foco geográfico, de modo que os domingos e terças eram dedicados a Corumbá, enquanto a segunda-feira privilegiava Ladário. Em Corumbá, o trajeto envolvia um percurso fluvial pelo Rio Paraguai. O cortejo percorria as principais vias comerciais e sociais, como a Ladeira da Alfândega e as ruas Frei Mariano e Delamare. Em Ladário, as segundas-feiras eram marcadas

por um giro pelas ruas locais, onde o grupo praticava atos de cortesia, visitando as sedes de agremiações rivais ou coirmãs, como o Heitor Romeu, os Pigmeus e as Borboletas. O encerramento dos dias de folia ocorria com bailes de máscaras em homenagem ao Rei Momo (A Cidade, n. 1.504, 9/2/1923).

A cobertura da imprensa da época exaltava a participação dos grupos de Ladário no Carnaval de Corumbá. Um ponto alto de 1923 foi a veia satírica do Amantes da Lyra, cujos foliões mimetizavam a tripulação do vapor Uruguai com canções humorísticas. Além disso, como frisado, era comum que os cordões visitassem as redações de jornais como forma de cortesia institucional (A Cidade, n. 1.507, 15/2/1923).

O cenário mudou em 1924 com a ausência do Amantes da Lyra. O protagonismo passou para o Heitor Romeu, que recebeu auxílio financeiro da Intendência Municipal (um conto de réis), evidenciando o início de um apoio governamental, ainda que assistemático (A Cidade, n. 1.813, 16/2/1924; n. 1.825, 5/3/1924).

A vitalidade desses conjuntos, contudo, não era constante. Em 1926, tanto o Amantes da Lyra quanto o Heitor Romeu não desfilaram, deixando a representação de Ladário a cargo apenas do cordão Beija-Flor (A Cidade, n. 2.407, 19/2/1926). Essa irregularidade decorria de múltiplos fatores, abrangendo desde questões externas, como a carestia e as flutuações socioeconômicas que ditavam o "ânimo" dos foliões e a capacidade de organização dos festejos a cada ano, até a própria dinâmica das agremiações e o nível de engajamento dos indivíduos envolvidos na promoção da festa.

Apesar da natureza oscilante das agremiações, o envolvimento de moradores de Ladário com o Carnaval manifestava-se precocemente, muitas vezes nos primeiros anos de vida. As fontes confirmam a presença de crianças compondo os préstitos das sociedades carnavalescas e integrando outras formas de agremiações. Um exemplo dessa participação infantil foi o Cordão dos Pigmeus, também designado como "Club", que, no Carnaval de 1923, mobilizou sessenta crianças para desfiles em Ladário e Corumbá (A Cidade, n. 1.503, 8/2/1923).

É possível evocar a imagem desse contingente de sessenta pequenos foliões percorrendo as ruas do distrito, devidamente fantasiados, entoando cânticos e executando coreografias carnavalescas antes de seguirem para a sede do município. Tal experiência, certamente, sedimentou memórias indeléveis no imaginário daquelas crianças e de seus familiares. Mais do que um simples entretenimento, essa participação representava uma estratégia deliberada dos

foliões adultos para inserir as novas gerações nas festividades. Ao permitir que as crianças brincassem o Carnaval de forma organizada, os veteranos asseguravam a continuidade das práticas e cultivavam, para o futuro, o desejo de perpetuar a folia de Momo na região.

A transição dos foliões mais pobres de meros "espectadores" das elites para organizadores de seus próprios desfiles na década de 1920 ilustra o que Carlo Ginzburg (1993) define como circularidade cultural. A apropriação de estruturas organizacionais formais, como estatutos, diretorias e hierarquias pelas classes trabalhadoras de Ladário mostra que a cultura das pessoas comuns não é uma réplica subordinada das elites, mas sim um espaço de circulação cultural ativa.

Pelo contrário, valeram-se dessas ferramentas de legitimação para defender direito histórico ao divertimento público e à ocupação da cidade. Essa organização dos cordões representou uma resposta tática à tentativa de higienização social promovida pelos salões privados e pelas sociedades carnavalescas elitistas. Ao ocuparem as vias mais conhecidas e desfilarem lado a lado com a elite, os trabalhadores subverteram a lógica da segregação espacial, onde as ruas, antes vigiadas por editais policiais repressivos, converteram-se na arena da carnavalização (Bakhtin, 2010), no qual a festividade operava uma inversão temporária e simbólica das hierarquias vigentes, suspendendo as rígidas barreiras econômicas e sociais pelo ritmo do apito e do estandarte.

Essa reapropriação do espaço urbano vinha acompanhada por uma sofisticação estética. A descrição do desfile do cordão Amantes da Lyra em 1923 oferece um vislumbre da hibridização cultural teorizada por Canclini (2019). Na indumentária do grupo, coexistiam de forma sincrética o local, o nacional e o internacional: hussardos austríacos, nobreza francesa (Henrique VIII e Luís XV), soldados ingleses de Yorkshire, rajas indianos e a personificação da Pátria brasileira, tudo isso embalado pelo ritmo norte-americano do ragtime. Longe de ser uma justaposição aleatória, esse amálgama demonstra como a periferia fronteiriça digeria e reconvertia os signos da modernidade global, ironizando, por vezes, a própria pretensão de progresso das elites.

Todavia, esse caldeirão estético não emergia sem atritos, expondo as fraturas políticas e sociais da região. A rivalidade travada em 1922 entre o Heitor Romeu ("filhos da terra") e o Amantes da Lyra (marujos da Armada Nacional) explicita que a identidade cultural na fronteira não é pacífica, mas sim um território de disputas e marcações de diferença. O rótulo de "regionalismo barato" atribuído

pela imprensa da época revela o desconforto das narrativas oficiais diante da afirmação de uma identidade ladarense autônoma.

Conforme postula Stuart Hall (2006), as identidades se constroem na relação com o outro, sendo que, na modernidade, elas se apresentam de forma fragmentada e plural, estruturando-se a partir de fluxos históricos e processos contínuos de representação. Nesse cenário, o "eu" nativo afirmou sua soberania cultural e o seu apelo ao regionalismo em contraposição ao "outro" institucional e forâneo, representado pelos marujos da Marinha a serviço do governo, o que funcionava como uma demarcação política de pertencimento. Dizer que era "filho da terra" diante daquele grupo de militares de fora funcionava como uma estratégia para valorizar a comunidade local. Era uma maneira de foliões do Heitor Romeu reassumir o controle da sua própria cultura e usar o Carnaval para mostrar a força e o valor de quem vivia ali.

No entanto, essa fragmentação identitária encontrava sua síntese na porosidade da própria fronteira cultural. As águas do rio e as divisões político-administrativas entre a sede e o distrito, embora funcionassem como limites geográficos, eram borradas na prática pelo ritmo da folia. Estabelecia-se um trânsito simbiótico no qual Ladário deixava de ser uma periferia dependente para se firmar como local com vitalidade cultural para a sede corumbaense.

Essa energia cultural que unia os moradores e quebrava as barreiras geográficas ganhava corpo no chão das ruas por meio de organizações comunitárias muito específicas. Assim como os cordões, os blocos carnavalescos constituíam agrupamentos forjados por laços de proximidade, a exemplo de vínculos de amizade, parentesco ou ofício, unidos pelo propósito de celebrar a folia coletivamente. Embora o universo desses grupos fosse no início majoritariamente masculino, as mulheres desempenhavam papéis relevantes tanto na diversão quanto na gestão das atividades. A identidade do bloco era selada pela escolha de um nome representativo e pela preparação de uma apresentação pública, transformando reuniões informais em manifestações culturais organizadas.

Essas entidades geralmente possuíam nomes irreverentes e Ladário consolidou seus próprios blocos carnavalescos. Grupos como "Não Posso Me Amofinar" se apresentaram em diversos carnavais nos anos 1940 (Tribuna, O Momento). Além deste, Báez (1963) destacou a participação de outros blocos, como Pancada de Cego, agremiação que mobilizava mais de uma centena de foliões caracterizados com máscaras zoomórficas confeccionadas pelo artesão

João Lemos de Barcelos. O cenário da folia local era ainda composto por outros grupos, como Os Lenhadores, Lá Vai Madeira e as Matutinhas da Cidade.

A irreverência dessas manifestações de rua, contudo, não esgotava as possibilidades da festa na região. Para além do frenesi do espaço público, o Carnaval em Ladário desdobrava-se em bailes à fantasia de caráter privado, congregando os "elementos de destaque da freguesia" (A Cidade, n. 2.398, 9/2/1926). Esse cenário era fomentado por agremiações carnavalescas e clubes sociais que, como estratégia de prestígio, enviavam convites formais às redações da imprensa corumbaense. Em 1924, por exemplo, o Clube Familiar Dançante As Borboletas e o cordão Heitor Romeu já utilizavam essa prática para assegurar a visibilidade de seus festejos (A Cidade, n. 1.823, 29/2/1924).

Na década de 1920, a efervescência dos clubes sociais em Ladário já era uma realidade consolidada. Instituições como o Clube Constituição e o Ladarense Foot-ball Club promoviam reuniões exclusivas que, segundo a crítica contemporânea, transbordavam animação e selecionavam rigorosamente o seu público (A Cidade, n. 2.407, 19/2/1926).

Embora a maioria das agremiações fundadas no município desde o final do século XIX estivesse sediada em Corumbá, elas compartilhavam uma função social análoga, operando como ferramentas de distinção e segregação. Tais centros de sociabilidade não eram meros espaços de lazer ou desporto, visto que se constituíam como arenas onde as hierarquias de classe, gênero e etnia eram espelhadas e aprofundadas. Ao excluir sistematicamente as camadas trabalhadoras, a maioria dessas instituições reafirmavam privilégios sob o manto da modernidade e da inovação.

Nesse contexto, os clubes ladarenses abrigavam aqueles que ocupavam as "melhores posições" na estrutura social da época. Seus bailes, descritos como odes à cordialidade e à elegância, eram a tradução local do "mundo moderno" idealizado pelo imaginário elitista brasileiro. Essa cultura de salão atingiria seu apogeu nas décadas seguintes, especialmente com os bailes à fantasia do Ladário Atlético Clube (O Momento, n. 881, 19/2/1949; Tribuna, n. 13.481, 15/2/1949). Tais eventos, muitas vezes realizados antes mesmo dos "dias gordos", funcionavam como um prelúdio luxuoso, oferecendo aos associados uma antecipação ritualística do reinado de Momo.

Transformações da folia

Simultaneamente à realização dos bailes privados, as festividades nos espaços públicos transmutavam-se, adquirindo novas matizes e atraindo um contingente crescente de foliões. A dinâmica dos desfiles expandiu-se para além dos conhecidos cordões e blocos, uma vez que na década de 1940 marcou a gênese das primeiras escolas de samba da região, muitas das quais estabeleceram suas sedes em Ladário.

A consolidação do Estado Novo (1937-1945) marcou uma mudança na política brasileira. O governo de Getúlio Vargas buscou centralizar o poder e construir uma identidade cultural homogênea para o país. Segundo Corsi (2000), esse nacionalismo foi uma resposta à crise do capitalismo de 1929 e à fragilidade da união nacional. Nesse cenário, municípios de fronteira como Corumbá deixaram de ser vistos como periferias distantes para se tornarem frentes simbólicas da "brasilidade".

Para garantir a soberania territorial frente às influências externas, o regime implementou políticas de nacionalização que transformaram o cotidiano das fronteiras (Brito, 2001). A cultura, e especificamente o Carnaval, foi mobilizada como uma ferramenta de integração simbólica para consolidar o sentimento de pertencimento à nação (DaMatta, 1997).

O samba, que anteriormente habitava as margens da sociedade carioca, foi reconfigurado pelo regime varguista. Com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a figura do sambista foi limpa de estigmas de boemia e marginalidade, sendo apresentada como o ícone do trabalhador patriota e disciplinado (Gomes, 1998; Vianna, 2002). Esse movimento aproveitou a virada intelectual do início do século XX, que passou a valorizar a mestiçagem e o povo brasileiro como a verdadeira essência da nação, tentando romper com o fascínio europeu anterior (Cunha, 2001; Reis, 1999).

Inseridas nessa conjuntura, emergiram as primeiras escolas de samba de Ladário e Corumbá, entre as quais se destacaram agremiações como Deixa Falar, Democratas/Democráticos do Samba, Devo Muito, Hora Ó, Lágrimas de Sambista e Pequenas do Barulho, todas presentes no Carnaval de 1946. Notadamente, as três primeiras entidades lograram manter sua regularidade nos anos subsequentes, distanciando-se da efemeridade comum a muitas organizações carnavalescas

precedentes, cujas trajetórias frequentemente se restringiam a exibições esporádicas, sem continuidade garantida.

O modelo das agremiações vigente no Rio de Janeiro, então capital federal e epicentro de um Carnaval instrumentalizado como propaganda pela política varguista, serviu de arquétipo para as escolas do Sul de Mato Grosso. Essa influência manifestou-se na adoção de desfiles, na estruturação por alas, na musicalidade característica do samba e no engajamento direto das classes trabalhadoras em todas as etapas de concepção e execução dos festejos. No entanto, em solo regional, o formato das escolas de samba adquiriu contornos próprios, e tais particularidades demandam investigações pormenorizadas para que se compreenda, em profundidade, a transformação histórica dessas instituições no cenário lúdico de Ladário e Corumbá.

A transição das festividades em Corumbá e Ladário, outrora centradas em desfiles de blocos e cordões, para o modelo das escolas de samba, simboliza a interiorização dessa política cultural. A adoção da estrutura de alas, baterias e enredos temáticos representou a vitória de um modelo de "brasilidade oficial" exportado do Rio de Janeiro para o centro do continente.

As escolas de samba sediadas no distrito de Ladário organizavam-se meticulosamente para suas exibições nas batalhas de confete em Corumbá. Assim eram designados, ainda na década de 1940 e no início dos anos 1950, os encontros carnavalescos realizados nos espaços públicos da cidade, com destaque para a rua Frei Mariano e a avenida General Rondon. Paulatinamente, esses embates lúdicos de confetes cederam protagonismo aos desfiles estruturados das agremiações, transformando a dinâmica da festa. Convém notar que tais celebrações não se restringiam à sede do município, ocorrendo também em solo ladarense naquele período.

Batalhas de confete pré-carnavalescas também aconteciam na localidade, seguindo a forma de comemorar a folia de Momo existente em Corumbá. Em 1946, após acontecer alguns desses eventos em Corumbá, Ladário recebia a sua primeira batalha em um sábado de pré-carnaval, o que foi lamentado pela imprensa uma vez que nesse dia da semana era comum a existência de bailes por todos os lados, o que poderia comprometer a quantidade de público no evento. E alertava que, era preferível fazer "essas festas populares carnavalescas aos domingos, como a que se anuncia para o domingo próximo na avenida General Rondon, em frente ao Corumbaense F. C." (O Momento, n. 56, 30/1/1946, p. 4), como uma forma

de atrair a população em geral para prestigiar a brincadeira, deixando os sábados para outras festas pré-carnavalescas que também aconteciam no período.

Na época, a municipalidade corumbaense já estava com domínio sobre a organização do Carnaval tanto em Corumbá como do seu distrito vizinho. Mas existia apoio da sociedade civil, de militares e da imprensa local no patrocínio, organização e/ou divulgação da festa. Os encontros pré-carnavalescos e carnavalescos tinham envolvimento desses setores. E as agremiações de Corumbá e Ladário se apresentavam nas batalhas para garantir lugar nas primeiras posições e conquistar as premiações e o prestígio da população. A batalha de confete que aconteceu no dia 8 de fevereiro de 1946 expressa essas características.

O evento realizado em Ladário naquele dia ratificou a integração entre as duas localidades, processo este facilitado por uma logística de transporte gratuito, composta por ônibus e caminhões que partiam do Jardim Público de Corumbá, exigindo pontualidade das agremiações interessadas em participar da disputa. A festividade, que atraiu o público em massa para a rua 14 de Março, foi embalada pelos acordes da banda do 17º Batalhão de Caçadores, ocorrendo em um ambiente de ordem absoluta sob um policiamento considerado impecável pela imprensa. Naquela ocasião, um expressivo contingente de blocos, cordões e escolas de samba desfilou repetidas vezes, executando suas evoluções coreográficas diante de um palanque oficial que acomodava os jurados e as famílias da oficialidade do 6º Distrito Naval. A composição dessa banca examinadora refletia o prestígio político e o caráter institucional do certame, reunindo o prefeito de Corumbá, Arthur Afonso Marinho, altas patentes da Marinha e representantes da Rádio Difusora Matogrossense, além dos jornais Tribuna e O Momento (O Momento, n. 64, 9/2/1946).

Essa expressiva presença militar justificava-se pelo fato de as unidades navais atuarem como as principais provedoras das premiações financeiras distribuídas entre as categorias concorrentes. No âmbito das escolas de samba, a agremiação Democratas do Samba conquistou o primeiro lugar, seguida pela Hora Ó, em disputa custeada pelo 6º Distrito Naval e pelo Monitor Paraguassú. Entre os blocos, o título ficou com o grupo Das Selvas, seguido pelo Quem Quiser Venha Aqui, cujas premiações foram financiadas pela Base Fluvial de Ladário e pelo Monitor Parnaíba. O cordão Flor de Corumbá também foi laureado sob o patrocínio da Flotilha de Mato Grosso, enquanto a categoria de Blocos Infantis

contou com o aporte financeiro do Aviso Oiapoc e do N.T. Potengí. No plano das distinções individuais, a fantasia mais original, de Gonçalo Graça Filho com o personagem "O Peixeiro", e a mais bela indumentária feminina, de Adélia e Cremilda que desfilaram em corso a bordo de automóveis, foram custeadas pela própria Comissão Organizadora, enquanto a indumentária masculina mais bonita foi conferida a Carlos José de Figueiredo, garantida pela 1ª Cia Regional de Fuzileiros (O Momento, n. 63, 08/02/1946; n. 64, 09/02/1946).

O julgamento técnico dos grupos baseou-se em critérios como harmonia, organização, música, ritmo e apresentação geral, ao passo que a criatividade e a elegância ditaram as premiações individuais, destacando-se a vestimenta vitoriosa de Carlos José de Figueiredo, confeccionada a partir de recortes de periódicos. A conclusão definitiva do certame e a entrega oficial dos prêmios ocorreram nos estúdios da Rádio Difusora, em Corumbá, consolidando o papel da mídia na estruturação do espetáculo. Desse modo, as batalhas de confetes transcendiam a mera apresentação das entidades carnavalescas. Elas se convertiam em manifestações complexas, alimentadas tanto por foliões organizados em corsos com veículos ornamentados quanto por indivíduos em trajes avulsos (O Momento, n. 64, 9/2/1946; n. 68, 14/2/1946).

O panorama carnavalesco de 1946 expõe uma transição na história da folia fronteiriça, com a consolidação de um modelo oficializado, tutelado e disciplinado pelas forças do Estado e pelas elites locais. Se nas décadas anteriores a espontaneidade da população lutava para impor sua presença nas ruas contra as tentativas de normatização, na década de 1940 a vivacidade da rua aparece envelopada por uma rígida estrutura institucional que dita a logística, o tempo, os critérios de avaliação e o comportamento dos foliões. A composição do júri na rua 14 de Março funciona como a imagem de uma aliança hegemônica em que o Estado disciplina, as Forças Armadas financiam e a imprensa chancela o espetáculo. Esse arranjo neutraliza o potencial subversivo do Carnaval, transformando o folião em um competidor técnico subordinado aos critérios burocráticos das classes dominantes.

Embora a documentação recuse a ideia de que a Marinha foi a criadora exclusiva do Carnaval regional, os dados de 1946 demonstram que a corporação naval atuou como o financiador daquele evento, estabelecendo uma nítida estratégia de integração e controle social por meio do mecenato. Paralelamente, a transferência do encerramento para os estúdios da Rádio Difusora Matogrossense

desloca o clímax da festa do espaço físico da rua para as ondas do rádio. Essa mediação técnica transforma a performance carnavalesca local em um produto de comunicação de massa, inaugurando uma nova era de espetacularização da cultura na fronteira.

O modelo festivo centrado nas batalhas de confete e nos desfiles integrados entre Corumbá e Ladário consolidou-se nos anos seguintes. Em 1951, a batalha pré-carnavalesca de Ladário contou com o patrocínio da Cervejaria Corumbaense e a coordenação conjunta do capitão José Calvete Aranda (presidente do Centro Recreativo da Marinha) e da Comissão Organizadora do Carnaval Corumbaense, evidenciando o papel direto da municipalidade de Corumbá na estruturação do evento distrital. Entre as agremiações civis, destacava-se o bloco ladarense "Não Posso Me Amofinar" (O Momento, n. 1.400, 23/1/1951; n. 1.407, 1/2/1951).

Nesse cenário, o Centro Recreativo da Marinha exercia protagonismo social na comunidade. O clube promovia bailes internos e concorridas eleições para a Rainha do Carnaval, cujo pleito de 1951 mobilizou intenso engajamento e torcidas inflamadas, culminando na vitória de Aurea Benites (representante dos fuzileiros navais), seguida por Rosalina Gonçalves (dos marinheiros) e Ruth Maciel (dos operários) (O Momento, n. 1.407, 1/2/1951).

A atuação do clube, contudo, transpunha o espaço privado. Sob a liderança do capitão Aranda, o conjunto de foliões do 6º Distrito Naval organizou o grupo "Aí vem a Marinha", que optou por desfilar nos festejos de 1951 sem o rigor da competição, focando apenas na animação pública. Os preparativos nas Oficinas de Máquinas do Distrito Naval envolveram operários e militares na confecção técnica e artística de carros suntuosos, como "O Cavalo Marinho" (adornado com motivos oceânicos por suboficiais e soldados) e "O Harém", composto por jovens da sociedade de Ladário, além de carros satíricos de crítica geopolítica. O desfile oficial ocorreu no domingo de Carnaval de 1951 pelas ruas Frei Mariano e General Rondon, sob o patrocínio da Cervejaria Corumbaense. Ovacionado pelo público pela originalidade das alegorias, o conjunto repetiu a apresentação na Quarta-feira de Cinzas (O Momento, n. 1.387, 5/1/1951; n. 1.406, 31/1/1951).

Em 1952, a simbiose entre o quadro social do clube e a estrutura do Arsenal de Ladário renovou-se sob a organização do Centro Recreativo de Ladário. O préstito do "Aí vem a Marinha" contou com a participação da escola de samba Deixa Falar e o suporte musical de instrumentistas do 17º Batalhão de Caçadores de Corumbá (O Momento, n. 1.697, 27/2/1952; n. 1.689, 15/2/1952).

Apesar do sucesso inicial, a trajetória da agremiação naval foi intermitente e os registros midiáticos silenciaram-se sobre o grupo em 1953 e 1954. Mesmo assim, o protagonismo dos moradores de Ladário persistiu no período por meio de outras agremiações, como o bloco "Ladário Não Morreu" e novos blocos que mobilizaram dezenas de foliões locais (O Momento, n. 2.228, 4/2/1954; O Momento, n. 1.961, 7/2/1953).

Por fim, o Comando do 6º Distrito Naval também promovia formas alternativas de sociabilidade integrada entre as famílias de ambas as localidades, a exemplo do "banho a fantasia". Realizado na piscina da guarnição com o suporte musical do Formigueiro Futebol Clube de Corumbá, o evento aquático funcionava como uma solução engenhosa para integrar a comunidade e amenizar o rigor do verão pantaneiro (Tribuna, n. 13.489, 24/2/1949).

Assim, nos seus últimos anos como um distrito de Corumbá, Ladário celebrava o Carnaval de múltiplas formas. A festa acontecia tanto nos clubes fechados quanto nas ruas, e os moradores se organizavam com dedicação. Eles criavam suas próprias entidades carnavalescas que faziam sucesso não só em Ladário, mas também seguiam para brilhar nos desfiles de Corumbá.

A dinâmica das agremiações ladarenses que seguiam para brilhar nos desfiles de Corumbá opera uma desestabilização nas relações de poder entre a sede e o distrito. Historicamente submetido à tutela administrativa e econômica corumbaense, o distrito de Ladário utiliza a cultura para subverter sua condição periférica. Ladário deixa de ser o polo receptor de ordens, policiamento e regulamentos oficiais de Corumbá para se consolidar como um polo que apresenta vitalidade, sofisticação estética e efervescência cultural. Ao atravessarem o Rio Paraguai ou a estrada terrestre, os foliões residentes em Ladário impõem sua presença e conquistam o prestígio da sede, demonstrando que a dependência administrativa não significava subordinação criativa.

Naquela época, o Carnaval já não era apenas uma data no calendário, mas sim um traço de identidade de quem vivia ali. Antes mesmo de Ladário se tornar uma cidade independente, a imprensa corumbaense já noticiava as agremiações do distrito vizinho, cujos foliões faziam questão de se apresentar como legítimos representantes daquela localidade, assegurando o prestígio cultural da comunidade no cenário da folia.

Considerações finais

Ladário imprimiu sua marca no Carnaval da região pantaneira e fronteiriça desde o ocaso do século XIX. A comunidade local organizava-se para celebrar o período festivo por meio de práticas coletivas, que foram dos mascarados avulsos para os préstitos das sociedades carnavalescas. No decorrer do século XX, consolidaram-se formas mais contemporâneas, como cordões, blocos e escolas de samba, as quais, contudo, entraram em declínio até desaparecerem das ruas no início do século XXI.

As celebrações privadas também floresceram no então distrito ladarense. Bailes particulares, clubes sociais e entidades carnavalescas mantiveram, por longo período, critérios rigorosos para o uso de máscaras e vestimentas, refletindo o desejo de distinção social em uma comunidade marcada por profundas heterogeneidades e desigualdades socioeconômicas. Mesmo quando Ladário era um modesto distrito, sua população demonstrava um engajamento notável, articulando-se para fundar agremiações e promover festividades que garantissem a perenidade do reinado de Momo.

O Carnaval de Ladário transmutou-se significativamente enquanto vinculado a Corumbá, acompanhando, em larga medida, as transformações que também eram verificadas na sede municipal. A espontaneidade inicial e a participação da população deram lugar a um modelo mais restritivo, mediado pela vigilância policial. Tal fiscalização buscava não apenas disciplinar a conduta dos foliões, mas também atender aos anseios das elites locais. O ideal de modernidade, em voga no Brasil desde a segunda metade do século XIX, fundamentou normativas e intervenções que visavam cercear a lógica lúdica da maioria da população.

Frente a essas tentativas de inibição, as parcelas mais pobres reagiram com resiliência ao forjarem formas alternativas de celebração, as quais incluíam a criação de agremiações próprias, a organização de círculos sociais independentes e a promoção de bailes particulares. Nesse movimento, influenciado também pelas políticas nacionalistas irradiadas dos centros políticos e da "capital federal da folia", observou-se a gradual institucionalização da festa pela municipalidade corumbaense. O domínio público, antes gerido de forma orgânica pelos foliões, passou a ser articulado pelo Estado, que estabeleceu programações oficiais, comissões julgadoras e premiações, consolidando a interferência direta do poder

público nas décadas seguintes.

A interconexão festiva entre Ladário e Corumbá é uma realidade centenária, manifestada desde o início do século XX por meio do intercâmbio de agremiações ladarenses que percorriam a distância de aproximadamente seis quilômetros para se apresentar na sede do município. Esse fluxo inverso consolidou-se na década de 1940, quando entidades corumbaenses passaram a participar de eventos em Ladário. Exemplos disso foram a apresentação pré-carnavalesca de 1946 e o desfile do cordão campeão Paraíso dos Foliões, realizado em 6 de março de 1949, um domingo após o período oficial, o que evidenciava o desejo histórico da população de estender as celebrações (Tribuna, n. 13.496, 06/03/1949).

Após mais de um século de intercâmbio entre Corumbá e Ladário, e da propensão histórica para dilatar os limites temporais da folia, a comemoração ao reinado de Momo ganhou novos contornos institucionais em anos recentes quando a municipalidade ladarense adotou a estratégia de antecipar o calendário festivo em relação ao período oficial. Essa estratégia teve por objetivo conferir autonomia ao evento, evitar a concorrência direta com a festividade de Corumbá e potencializar a arrecadação financeira. Em 2025, a primeira edição desse modelo recebeu um investimento público de 700 mil reais e atraiu mais de 30 mil pessoas, iniciando-se em 20 de fevereiro com a participação da escola corumbaense A Pesada e de atrações nacionais (Correio de Corumbá, 2025; MS Diário, 27/1/2025).

A edição de 2026 manteve o formato com eventos iniciados em janeiro, englobando o concurso de marchinhas, a escolha da Corte de Momo e um lançamento oficial com a presença da escola de samba Vila Mamona, de Corumbá. Uma robusta infraestrutura foi montada na avenida 14 de Março para abrigar o desfile de corsos e shows nacionais entre os dias 5 e 8 de fevereiro (Capital do Pantanal, 13/1/2026; Campo Grande News, 19/1/2026). Essa continuidade estrutural reforça a relação indelével da população com a festa e demonstra que a participação contemporânea de escolas de samba corumbaenses em solo ladarense é o eco de uma sociabilidade centenária.

Portanto, ao analisar a história do Carnaval de Corumbá e de seu antigo distrito, evidencia-se uma sociabilidade intrínseca entre as duas espacialidades. Contrariando discursos memorialistas que buscam forjar um sentimento identitário de exclusividade, as fontes consultadas não permitem afirmar que o Carnaval regional tenha nascido em Ladário, tampouco que derive unicamente

de um grupo profissional específico, como os militares da Marinha.

Os escritos do poeta e memorialista João Lisboa de Macêdo (1983) ilustram esse esforço de exaltação localista. Ao escrever nos anos 1980, Macêdo defendia que a infraestrutura e o pioneirismo festivo de Corumbá teriam origem na "então Vila de Ladário", lamentando a hegemonia corumbaense sobre uma herança cultural que, em sua visão, teria nascido na sociedade ladarense. No entanto, tal narrativa caminha mais para um regionalismo afetivo do que para a evidência historiográfica.

As fontes indicam que as celebrações em ambas as localidades remontam ao período imediato ao fim da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança. Todavia, em Corumbá, a festa manifestou-se com maior intensidade devido ao seu status de sede e centro administrativo, maior contingente populacional, instituições, comércio, prestações de serviços e sua posição estratégica como porto alfandegado conectado à região platina. A emergência de sociedades carnavalescas, cordões, blocos e escolas de samba em ambos os núcleos torna arriscado o estabelecimento de um "mito de origem".

Em vez de uma rivalidade histórica, observa-se uma interdependência secular, dinâmica que permanece atual na medida em que a gestão municipal de Ladário, ao antecipar seus festejos, fomenta o fluxo de foliões entre as cidades e do país vizinho, enquanto Corumbá conta com a presença ladarense e boliviana em sua programação. Assim, para além de fronteiras arbitrárias ou discursos sem amparo documental, a história do Carnaval na região deve ser compreendida como um fenômeno de conexão íntima e indissociável entre as duas comunidades.

Referências

A CIDADE, 1922-1926. **Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR**), Dourados-MS (Microfilmes).

BÁEZ, Renato. **Corumbá: Figuras & Fatos**. Corumbá: [s.n.], 1963.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

BRAZIL. Lei de 29 de novembro de 1832. **Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso: 15 jan. de 2026.

BRITO, Silvia Helena Andrade de. **Educação e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954)**. 2001. 392 f. Tese (Doutorado em Educação). Unicamp, Campinas, 2001.

CAMPO GRANDE NEWS, 19/1/2026. L**adário repete a dose do Carnaval de rua antecipado com shows nacionais.** Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ladario-repete-a-dose-do-carnaval-de-rua-antecipado-com-shows-nacionais. Acesso em: 21/1/2026).

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

CAPITAL DO PANTANAL, 13/1/2026. **Ladário abre inscrições para concursos do Carnaval 2026.** Disponível em: https://www.capitaldopantanal.com.br/cultura/ladario-abre-inscricoes-para-concursos-do-carnaval-2026/565634/. Acesso em: 21/1/2026.

COLAÇO, Thais Luzia. **O Carnaval no Desterro: século XIX. 1988.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

CORREIO DE CORUMBÁ, 2025. **Programação oficial do carnaval Ladário 2025.** Disponível em: https://www.correiodecorumbapantanal.com.br/ladario/programacao-oficial-carnaval-ladario-2025. Acesso em: 19/1/2026.

CORREIO DO ESTADO, 1910-1911. **Hemeroteca da Biblioteca Nacional.** Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 3 de abril de 2024.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro.** 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

GOMES, Angela de Castro. **A "Cultura Histórica" do Estado Novo.** Proj. História, São Paulo, n. 16, fev. 1998. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/11191/8202/27290. Acesso em: 22/2/2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LAZZARI, Alexandre. **Coisas para o povo não fazer: Carnaval em Porto Alegre (1870-1915).** Campinas: Ed. Unicamp/Cecult, 2001.

MACÊDO, João Lisboa de. **Sopa Paraguaia: Miscelânea.** [S. l.: s. n.], 1983.

MS DIÁRIO, 27/1/2025. **Carnaval 2025 de Ladário contará com investimento de R$700 mil.** Disponível em: https://msdiario.com/noticia/carnaval-2025-de-ladario-contara-com-investimento-de-r-700-

mil. Acesso em: 19/1/2026.

O CORUMBAENSE, 1881. **Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR)**, Dourados-MS (Microfilmes).

O INICIADOR, 1884. **Hemeroteca da Biblioteca Nacional.** Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 18 de março de 2024.

O MOMENTO, 1946-1954. **Biblioteca Municipal Lobivar Matos (Corumbá-MS).**

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

Relatório do chefe de polícia José da Costa Leite Falcão ao presidente de província General Hermes Ernesto da Fonseca, 18/4/1877. **Falla com que o excellentissimo senhor general Hermes Ernesto da Fonseca abrio a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assemblea Provincial de Mato-Grosso no dia 3 de maio de 1877.** Cuyabá: Typ. da Situação, 1877.

SANTOS, Daiane Lima dos. **Apologia à inconstitucionalidade: os desdobramentos em torno da criação e formação da municipalidade do Ladário-MS (1948-1955).** 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2017.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918).** São Paulo: Alameda, 2008.

TRIBUNA, 1949. **Hemeroteca da Biblioteca Nacional.** Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/. Acesso em 21 de janeiro de 2024.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba.** 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Ed. UFRJ, 2002.